

**A Importância da Educação Ambiental Crítica Sob o Olhar das
Comunidades Locais na Amazônia: Práticas do Projeto de Extensão
“Entre Marés” no Município de São João da Ponta - Pará**

Aelton Dias Costa

Mestrando, UFPA, Brasil.
aeltondcosta@gmail.com

Jorge Sales dos Santos

Mestrando, UFF, Brasil.
salesjorge@id.uff.br

Rita Denize de Oliveira

Professora Doutora, UFPA, Brasil.
Denize40geoatm@gmail.com

José Augusto Lopes da Silva

Professor Doutorando, UFBA, Brasil.
augustolopes10@yahoo.com.br

RESUMO

A questão ambiental no contexto geopolítico mundial ganha diversas conotações a partir do discurso de desenvolvimento sustentável, neste caso, corroborando com processos de contradições sociais a partir da ineficácia das práticas destas políticas. O papel das populações locais passa a ser importante a partir das práticas espaciais presentes no contexto Amazônico, enfatizando as especificidades locais, a educação ambiental crítica surge como peça chave para interligar as práticas locais e a geopolítica mundial no sentido do discurso de desenvolvimento sustentável. O estudo objetivou analisar as práticas sustentáveis na Amazônia a partir da educação ambiental crítica e sua base com as práticas sustentáveis locais na comunidade Extrativista de São João da Ponta no estado do Pará. Para a realização desta pesquisa foi estabelecidas algumas práticas metodológicas como o levantamento bibliográfico, seguindo da delimitação de práticas pedagógicas que visem propiciar melhor identificação dos processos culturais a partir dos saberes locais na Amazônia. As práticas sustentáveis a partir da perspectiva das comunidades locais corroboram com o desenvolvimento sustentável a partir dos saberes e fazeres que estabelecem uma conscientização ambiental, para além de um discurso voltado para o desenvolvimento econômico estabelecido a partir da segunda guerra mundial.

PALAVRAS-CHAVE: Práticas Sustentáveis. Desenvolvimento Sustentáveis. Comunidade Extrativista.

1. INTRODUÇÃO

A questão ambiental ganhou diversas conotações a partir de uma ideia de desenvolvimento sustentável pautada no desenvolvimento econômico, a partir da segunda guerra mundial buscou-se esse ideal impulsionado pelos fatores físicos da terra, como o aumento de temperatura no globo, afetando o equilíbrio ecossistêmico da biosfera.

As práticas desenvolvidas a partir deste conjunto de ideias, acarreta inúmeras problemáticas em escala local, referente as políticas públicas de inserção das comunidades, especialmente no bioma Amazônico, onde a prática destas políticas não são desenvolvidas a partir de um olhar do modo de vida e de suas especificidades.

Faz-se necessário a readequação das práticas sustentáveis a partir destas especificidades locais, para isso, a educação ambiental crítica surge com um ideal para um olhar acentuado da relação do ser humano com o meio ambiente, para desenvolver práticas educativas integradoras.

O desenvolvimento das práticas educativas partem de uma ideia de pertencimento e de suas relações com o meio natural, além disso, entender os práticas desenvolvidas no ambiente sustentável, com isso, a ideia de patrimônio natural é tido como prática que corrobora com a educação ambiental crítica, podendo servir como base conceitual e metodológica para fomentar políticas para o desenvolvimento sustentável a partir das práticas locais, estabelecendo redes globais a partir de suas relações geológicas.

O projeto de extensão “Entre Marés: Compartilhando Saberes” ligado a Faculdade de Geografia e Cartografia da Universidade Federal do Pará, coordenado pela Professora Doutora Marcia Aparecida da Silva Pimentel, líder do Grupo de Estudos Paisagem e Planejamento Ambiental (GEPPAM), corrobora as práticas sustentáveis locais, estabelecendo linhas de diálogos entre a Universidade Pública e as comunidades locais na Amazônia, especificamente a comunidade extrativista do município de São João da Ponta no Nordeste do estado do Pará, partindo da educação ambiental crítica.

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

- Analisar as práticas sustentáveis na Amazônia a partir da educação ambiental crítica e sua base com as práticas sustentáveis locais na comunidade Extrativista de São João da Ponta no estado do Pará

2.2 OBJETIVO ESPECÍFICOS

- Identificar o desenvolvimento das práticas da educação ambiental a partir do discurso de desenvolvimento sustentável;
- Estabelecer conexões entre a base conceitual e prática da educação ambiental crítica com a base de patrimônio natural;
- Identificar as práticas metodológicas do projeto de extensão “Entre Marés” no desenvolvimento de práticas sustentáveis locais.

3. MÉTODO DE ANÁLISE

Os procedimentos metodológicos consistiram no levantamento bibliográfico a partir da temática para elucidar o processo conceitual a partir do problema central da pesquisa, tal levantamento se deu a partir de livros, teses, dissertações e artigos a partir dos temas discutidos, foram ainda realizadas pesquisas em bases digitais como a plataforma de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Para o desenvolvimento das práticas metodológicas no projeto de extensão foi estabelecido inicialmente o grau que seria realizada as aplicações, a partir da delimitação da turma do Quinto ano do ensino fundamental, optou-se pela categoria de desenhos como representação das práticas sustentáveis, desenvolvido a partir da ideia de pertencimento e patrimônio natural, para assim estabelecer ligações com as práticas sustentáveis.

A aplica metodológica consistiu em casa discente realizasse o desenho após o dialogo inicial com os educadores, onde foram colocadas a ideia de praticas do cotidiano dos discente a partir da Reserva Extrativista de São João da Ponta no Estado do Pará.

4. RESULTADOS DE DISCUSSÕES

A discussão acerca da questão ambiental ganhou força a partir dos anos de 1970, porém, sua pauta vem sendo discutida desde o século XIX com os questionamentos contra o modo de vida moderno que emerge, Silva (2015) ao analisar os principais eventos que forjaram o pensamento ambientalista no globo e em particular no Brasil, compreende uma variedade de correntes que pensam o processo de ecologização da produção, sendo a temática envolvendo múltiplas disciplinas do conhecimento científico e múltiplos setores da sociedade.

É importante ressaltar a importância de eventos como a conferência de Estocolmo 1972, Rio de Janeiro 1992 e Rio+20 2012 para o fortalecimento das organizações e das lutas de cunho socioambiental. Entretanto, houve também um fortalecimento de setores dominantes como as corporações e bancos que defendem um “enverdecimento” da produção sem mudanças mais profundas no sistema, propondo assim sistemas como mercados verdes.

Costabeber e Caporal (2014) discutem o processo de ecologização da produção agrícola, compreendendo duas principais propostas, a primeira pode ser denominada como ecologização ecotecnocrática, a qual pretende lançar mão da tecnologia para aumentar a produção, evitando desperdícios visando estratégias para diminuir o impacto ambiental, garantindo em tese, os recursos naturais para o uso futuro das gerações futuras, essa proposta é defendida pelas grandes corporações agroalimentares tendo como defesa o emprego de mais do mesmo, mais tecnologia, mais insumos e mais maquinaria e menos diversidade cultural, menos diversidade agrícola e menos direitos no campo.

A outra proposta de ecologização denominasse ecologização ecosocial a qual compreende a necessidade de uma transição da agricultura para bases agroecológicas, levando em consideração a complexidade das relações Homem/Natureza, a valorização das experiências individuais e coletivas, a produção local e a busca de uma ecologia integral.

Nesse sentido, a educação ambiental torna-se um importante fator de legitimação das propostas ecologizantes, Ferreira (2016) ao discutir os modelos de Educação Ambiental, revela duas principais correntes, a primeira é compreendida como Educação Ambiental Conservadora que defende um processo de ecologização ecotecnocrático, por levar em consideração mudanças comportamentais e organizacionais sem mudanças mais profundas no sistema e por compreender a natureza como recurso natural em esgotamento promovendo assim um caráter de preocupação com a degradação da natureza, essa está ligada ao modelo educacional escolar urbano preocupado em qualificar trabalhadores para o mercado de trabalho jogando dessa maneira a margem a formação de valores humanistas.

A segunda corrente de educação ambiental é denominada de Educação Ambiental Crítica, a qual procura ser antagonista ao sistema hegemônico vigente, propondo mudanças profundas nas estruturas da sociedade moderna, busca a valorização das experiências locais e da natureza em seu valor intrínseco, além de buscar o diálogo dos saberes humanos (LEFF, 2001) e da complexidade das relações homem/natureza (AMORIM et al., 2016), sendo essa corrente vinculada as experiências de Educação do Campo. A seguir trataremos mais sobre a EA-Crítica a agroecologia e a Educação do Campo.

Segundo Ferreira (2016) a agroecologia deve ser pensada além de práticas alternativas ao modelo de agricultura moderna, mas uma ciência que procura promover novas relações homem/natureza almejando atingir no campo um desenvolvimento rural sustentável.

A agroecologia procura promover um desenvolvimento rural sustentável através da interdisciplinaridade e da complexidade no campo, aproximando-se assim da educação ambiental crítica, que procura promover uma educação ambiental que vá além do comportamentalismo, dessa forma, a base da educação popular de Paulo Freire permite com que a agroecologia se torna uma vertente de educação ambiental no campo.

Em se tratando de Educação Ambiental e Educação do Campo Siqueira e Sunigan (2016) discutem as iniciativas de fomentar no campo um modelo de desenvolvimento rural sustentável, evidenciando a importância de uma educação que atenda às necessidades do público rural, aja vista que o modelo apresentado de educação se mostra uma cópia do meio urbano, o que desfavorece e menospreza os saberes locais.

O modelo convencional ficou conhecido por educação no campo enquanto que o modelo contrário é conhecido como educação do campo, incentivado pelos movimentos sociais do campo e baseado pelas ideias de Paulo Freire, compreendendo o ser Humano como inacabado e em constante construção, valorizando suas raízes. Os autores procuram relacionar o modelo de educação do campo com a sustentabilidade na construção de um verdadeiro desenvolvimento rural sustentável.

É somente em 1988 com a constituição brasileira aprovada, que passa a ser pauta nas discussões acerca de políticas públicas, prevendo a educação no campo, é neste período que inicia-se as discussões a partir dos movimentos sociais iniciando a formação do que se denomina atualmente de educação do campo, com a identidade campesina, a valorização dos saberes locais e participação nas tomadas de decisão pelos camponeses, dessa luta surgiram importantes encontros como o I Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA), além de avanços na legislação e criação de ações como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, entretanto a situação do campo brasileiro em relação a educação ainda necessita de mais ações práticas em relação ao planejamento de políticas públicas.

Uma proposta difundida no Brasil sobre a educação do campo toma corpo no modelo de alternância, que procura alternar os períodos de permanência entre a escola e a família, os saberes científicos e os saberes locais da comunidade. Esse modelo surgiu inicialmente na França e foi difundido no Brasil através da igreja Católica, esse modelo contradiz a educação tradicional, pois direciona ações para a práxis.

No Brasil, duas vertentes do modelo de alternância merecem destaques; as Escolas familiar agrícola e as casas familiares rurais, a primeira oriunda da França e instaurada no Brasil na década 1980 e o segundo foi desenvolvido na Itália e suas primeiras experiências no Brasil foram na década de 1960 através da igreja católica.

Talvez uma das mais importantes contribuições que o modelo de alternância vinculado ao modelo de educação do campo pode trazer para o desenvolvimento rural sustentável, seja a fixação do homem no campo, dando-lhe condições de pensar o seu lugar no mundo, vinculado as ideias de sustentabilidade, integrando essa poderosa rede complexa e interdisciplinar, relacionando sustentabilidade e desenvolvimento no campo.

O modelo de educação do campo e seu alicerce no modelo de alternância tornou-se ferramenta efetiva para se atingir um desenvolvimento rural sustentável, sendo baseada em quatro pilares: associação local, alternância, formação integral e desenvolvimento do meio.

Tabulando os conhecimentos científicos com os conhecimentos locais, promovendo dignidade aos habitantes e um novo modo de ver e ser no mundo.

Neste sentido tornasse evidente nossa preferência pela corrente de Educação Ambiental Crítica, no próximo momento tratar-se-á dos processos de patrimonialização da Natureza e sua contribuição para a formação de Valores Ambientais sob a perspectiva da Educação Ambiental Crítica.

4.1 PATRIMÔNIO NATURAL E SUAS VERTENTES A PARTIR DA FROMAÇÃO DOS VALORES AMBIENTAIS

Para explicitar melhor as práticas patrimoniais e processo de patrimonialização da natureza, decidiu-se por ter como base da discussão proposta por Scifoni (2006) corroborando com a discussão acerca do patrimônio natural e sua relevância no contexto contemporâneo, principalmente na Europa onde Jeudy (2005) discute o tema e chamando a atenção para um excesso de valorização ao passado, delineando a ideia de patrimônio, entretanto, essa lógica não deve ser aplicada em todo o globo já que segundo o próprio autor as práticas patrimoniais são diferentes em cada local.

Na realidade brasileira, o processo de valorização do patrimônio que se revela extremamente desigual (SCIFONI, 2005), atingindo em sua maioria os bens considerados monumentais e de interesse ao mercado turístico. Outra questão relevante, passa pela situação marginalizada em que se encontra o patrimônio natural, a partir das limitadas políticas públicas direcionadas para a sua valorização na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, e sua situação no Brasil, sendo considerada de ordem e interesse cultural, os patrimônios não foram inseridos no Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC o que os limitou a áreas protegidas.

Neste sentido, faz necessário estudos de investigação dos processos de patrimonialização que levaram ao atual cenário de constituição dos patrimônios naturais, através da análise da trajetória do patrimônio natural, Scifoni (2005) revela a presença de duas vertentes do patrimônio natural, o primeiro pautado sob a perspectiva da monumentalidade e o segundo sob a base da perspectiva do cotidiano.

Gonçalves (2002) ressalta que os processos de patrimonialização são mais que guardar a memória e práticas de um povo, é um discurso, neste sentido a patrimonialização sob base monumentalista busca unificar um povo, guardando a memória de heróis e estruturas belas e grandiosas, esse processo por vezes leva um caráter de homogeneização a partir das diferentes práticas/saberes centralizando uma cultura e marginalizando as demais.

O Estado ocupa o papel de principal ator que viabiliza e regulamenta as práticas de patrimonialização e monumentalização, ao pensar o patrimônio natural é evidenciado a grandiosidade, a beleza e a intocabilidade. O outro processo de patrimonialização tem nas práticas e experiências individuais e coletivas do cotidiano a base de atuação, sob um discurso que busca autonomia dos povos, construindo identidades locais, buscando harmonia entre homem/natureza respirando e entendendo suas complexidades, para isso os fazeres/saberes tradicionais tornam-se vetor importante.

Dessa forma, compreende-se a formação da Educação Ambiental e Patrimônio Natural, a partir duas vertentes possíveis de se pensar a Educação Ambiental, a primeira caracterizasse por um discurso comportamental, e enxerga a natureza como recursos naturais em esgotamento, dessa forma encara as mudanças comportamentais na intenção de racionalizar esses recursos como chave fundamental para o alcance de um desenvolvimento sustentável. Entretanto, essa vertente não provoca mudanças estruturais, ficando apenas na superficialidade dos comportamentos humanos.

A segunda vertente, e a que escolhemos por seguir, está relacionada, e posicionada, como crítica do sistema que degrada e explora a natureza, buscando assim uma quebra de paradigma com o modelo de produção vigente, valorizando os saberes locais, a relação harmônica entre homem/natureza e enxergando na natureza valor intrínseco (Ferreira et al., 2016).

O Patrimônio Natural por sua vez pode ser entendido por dois processos de patrimonialização institucional, o primeiro é conhecido pelo discurso da monumentalidade, visando a valorização de formas que exaltam a identidade nacional a partir da memória de heróis e monumentos, nesse processo o patrimônio natural é entendido como natureza intocada e exaltada pela beleza dos processos ecossistêmicos.

O segundo ficou conhecido pelo discurso das práticas cotidianas, visando a valorização da diversidade cultural, dos lugares e das experiências individuais e coletivas, podendo o patrimônio ser oficializado ou não oficializado pelo Estado, bem como sua oficialização está vinculada com os movimentos sociais. Neste sentido o patrimônio natural é entendido como formas e ações sociais com a natureza dotadas de significado de valor obtidas através das experiências individuais e coletivas (SCIFONI, 2006). Este é o processo que aqui compreendemos como mais adequado para a construção de uma sociedade mais diversa culturalmente e igualitária politicamente.

Dessa forma é possível compreender duas convergências, a valorização das experiências individuais e coletivas e a valorização dos saberes provenientes das experiências além da valorização da natureza em seu valor intrínseco, e a compreensão da relação homem/natureza de forma complexa e íntima. Assim a Educação Patrimonial da Natureza tornasse vetor impulsionador poderoso para uma Educação Ambiental Crítica.

Partindo da ideia de educação ambiental crítica, foi aplicado metodologias para o desenvolvimento das competências a partir do projeto de extensão “Entre Marés: Compartilhando Saberes” ligado a Faculdade de Geografia e Cartografia da Universidade Federal do Pará, coordenado pela Professora Doutora Marcia Aparecida da Silva Pimentel, líder do Grupo de Estudos Paisagem e Planejamento Ambiental (GEPPAM).

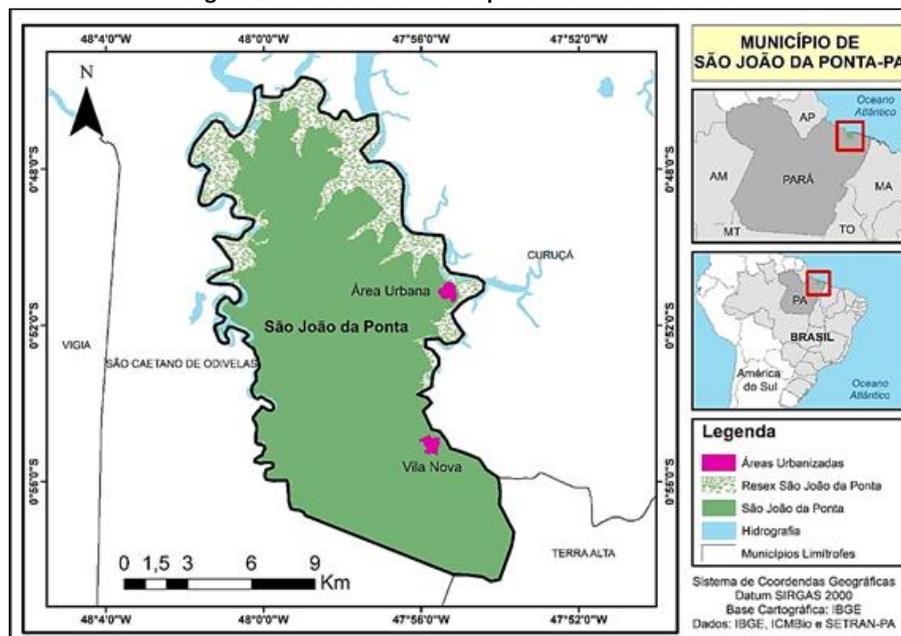
Figura 1: Cartaz do Projeto de Extensão “Entre Marés”



Fonte: COSTA, 2019.

Pimentel e França (2015) destacam a importância do projeto de extensão que é apoiado pela UFPA e realizado na Reserva Extrativista do Município de São João da Ponta, localizado no Nordeste do Pará. Pimentel (2013) destaca a troca de conhecimento como objetivo principal do projeto de extensão, interligando de maneira tênue a universidade e as comunidades locais.

Figura 2: Ubicación del municipio de São João da Ponta



Fuente: Silva; Silva e Lima, 2020.

Dentre as atividades desenvolvidas durante a realização do projeto, as oficinas ganham destaque por possibilitar o desenvolvimento de metodologias que visem essa integração da educação ambiental critica trabalhando a relação da comunidade com as paisagens naturais e culturais, surgindo a importância da valorização do patrimônio natural.

A oficina foi realizada na Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio Professora Antônia Rosa com alunos do quinto ano do ensino fundamental, de início foi apresentado aos alunos alguns conceitos chaves a partir da atividade lúdica da roda de conversa, trabalhando conceito como identidade e pertencimento, estimulando os alunos a relatarem o que representa a identidade dos mesmos, utilizando a técnica dos desenhos a partir do estilo livre, seguindo da exposição de cada aluno para expor os motivos de cada desenho e o que o mesmo representa.

Dentre os desenhos e a partir da fala livre dos alunos, foi possível perceber a relação com a natureza de forma múltipla, representado a partir da relação com o manejo do local e constituído como modo de subsistência, corroborado a partir do extrativismo do caranguejo, uma das principais fontes econômicas do município.

É importante destacar também, a importância da vegetação da escola e do seu entorno e sua relação com as crianças, relação destacada a partir do caráter lúdico antes e depois das aulas, materializado a partir do consumo dos frutos, principalmente das mangueiras. Foi destacado também a relação dos alunos e de seus animais de estimação, animais típicos da uma região periurbana, como patos, galinhas e pintinhos e seu grau de afetividade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As práticas sustentáveis a partir da perspectiva das comunidades locais corroboram com o desenvolvimento sustentável a partir dos saberes e fazeres que estabelecem uma conscientização ambiental, para além de um discurso voltado para o desenvolvimento econômico estabelecido a partir da segunda guerra mundial.

A educação ambiental critica surge como aporte para integrar as práticas sustentáveis locais com as políticas públicas desenvolvidas por agentes políticos nas diferentes escalas, neste caso, as práticas pedagógicas possibilitam o desenvolvimento das competências para estabelecer uma conscientização ambiental critica.

O patrimônio natural tange esta perspectiva pedagógica pois interliga as diferentes escalas conceituais e práticas, possibilitando novas práticas metodológicas para a educação ambiental instrumentalizar, no caso das praticas do projeto de extensão, os conceitos abordados possibilitam o empoderamento de ações locais que corroboram com o discurso sustentável, colocando os atores amazônicos como protagonista no cenário social a partir de sua relação com a floresta e com o extrativismo sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCANTARA, L. A.; SILVA, M. C. A.; NISHIJIMA, T. Educação Ambiental e os sistemas de Gestão Ambiental no desafio do desenvolvimento sustentável. *Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental*, USFM, v. 5, n. 5, p.

734-740, 2012.

AMORIM, Welington. Et al. Teoria da complexidade como facilitador de diálogo entre os saberes. **REVISTA TRAVESSIAS** 10, nº 26, 2016. P. 223-230.

CAPORAL, Francisco Roberto. COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia e Extensão Rural: Contribuições para a Promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável**, ICA: Porto Alegre RS, 2014.

DIAS, G. F. Educação ambiental: princípios e práticas. 9. ed. São Paulo: Gaia. 2004.

FERREIRA, Aline Guterres AGROECOLOGIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL In: SOGLIO, F. (Org). **Desenvolvimento, agricultura e sustentabilidade**. UFRGS: Porto Alegre, 2016.

FERREIRA, S. **Entre marés e mangues: paisagens territorializadas por pescadores da resex marinha de São João da Ponta/PA** / Suzanna da Silva Ferreira. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Geografia, Belém, 2017.

GONÇALVES, J. R. S. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. In: OLIVEIRA, L. (org) **Cidade: História e Desafios**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p.108-123.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental**. Vozes: Petrópolis, 2001.

JEUDY, J.P. **Espelho das cidades**. Casa da Palavra: Rio de Janeiro: 2005.

OLIVEIRA, I; FRANÇA, C; PIMENTEL, M. EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA AMAZÔNIA: As contribuições da EA na Reserva Extrativista Marinha de São João da Ponta – PA. **InterEspaço: Grajaú/MA** v. 1, n. 3 p. 272-296 Ed. Especial 2015.

RODRIGUES, Walter Luiz Jardim. **Memórias de São João da Ponta - PA a partir de narrativas orais**. Belém: GEPPAM/UFPA, 2013.

SIQUEIRA, Luciana Valentim; ZÚÑIGA, Santiago Millan EDUCAÇÃO DO CAMPO: UM CAMINHO PARA A SUSTENTABILIDADE in: SOGLIO, F. (Org). **Desenvolvimento, agricultura e sustentabilidade**. UFRGS: Porto Alegre, 2016.

SILVA, M; SILVA, B; LIMA, I. ANÁLISE DA VULNERABILIDADE AMBIENTAL DO MUNICÍPIO SÃO JOÃO DA PONTA, PARÁ: O uso do geoprocessamento na gestão de unidades de conservação. **Revista Cerrados (Unimontes)**, vol. 18, núm. 01, pp. 159-188, 2020

SILVA, Ana Carolina. **Reflexões acerca do ambientalismo: as Conferências Oficiais da ONU no Brasil Pensamento Ambientalista numa sociedade**. NUPEM/UFRJ: Macaé, 2015.

SCIFONI, Simone OS DIFERENTES SIGNIFICADOS DO PATRIMÔNIO NATURAL. Diálogos. **Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História**. V.10 n.3, 2006, p. 55-78.